

Participação Social: você atua ou conceitua?

Joana Barreto Corrêa¹

O tema abordado e discutido na quinta-feira (17/09/15) foi “Participação Social”. Fui assistir a palestra de 11:00 à 13:00 horas, no salão da pastoral. O mediador foi Pe.Geraldo Marques e os palestrantes foram o professor Renato Costa e a professora Eva Aparecida.

Renato Costa é professor da PUC, faz parte do Departamento de Educação, trabalha no NEAd – Núcleo de Educação de Adultos da PUC-Rio e tem uma atuação junto à dimensão de educação de adultos inclusive na área da baixada fluminense, em Caxias. Começou dizendo que estudou na PUC há 20 anos e durante todo este tempo, se integrou à a cultura religiosa. Hoje, percebe uma evolução da universidade em relação ao contexto religioso, que ganhou outro espaço, agora muito mais diferenciado em relação à época dele, pois, além dos momentos de conteúdo em sala de aula, as turmas estabelecem discussões, propostas para ações éticas em espaços fora da Universidade e participação em momentos acadêmicos, como este que hoje participamos. Ver essa mudança de perto o deixa muito feliz e orgulhoso de poder colaborar e participar. A realização dessa semana religiosa é reflexo disso, dessas propostas novas e inovadoras. Atualmente, existem grupos que pensam em progressos e isso desperta nele uma satisfação enorme. Ele diz que falar sobre Participação Social é desafiador hoje em dia, por isso quis palestrar sobre o tema de uma forma mais breve, simples e conceitual, apenas para trazer alguns elementos que nos façam pensar essas questões no nosso dia a dia. Ele ressalta que a participação social tem se modificado muito, há 20 anos era uma situação, hoje é outra, completamente diferente. Participação é um termo polissêmico. Vem da palavra parte, “fazer parte”, “tomar parte”, “ter parte”. Mas elas têm etimologias distintas.

Exemplo:

“Fazemos parte da empresa, mas não tomamos parte nas decisões. ” (Sentido ativo-engajado e passivo-inerte, parado, que não se mobiliza- de participação).

Quando pensamos em participação, temos diversos níveis e maneiras diferentes de atuar.

Ele fez uso de três ideias:

→ **Participação como um direito e uma necessidade humana:** Temos uma vida que nos convoca à participação. É uma necessidade fundamental do ser humano e não somente uma ação voluntária. Por natureza, a gente se agrupa. Temos muitas exigências no trabalho, na família, na vida social e essa participação existe, queiramos ou não. É algo inerente ao ser humano. Participar como uma necessidade no sentido de se afirmar para si próprio e diante do mundo e também com uma outra necessidade

¹ Aluna do Curso de Psicologia, semestre 2015.2

básica, a de interação e intervenção no mundo. Quando pensamos em participação social pensamos em uma atitude externa (ir pra rua, fazer movimentos), mas devemos também, pensar em algo próprio da natureza humana, onde intervimos de diversas maneiras e com diversos objetivos. Isso quer dizer que, a participação, tem uma base afetiva, algo que nos mobiliza, algo que nos faz sentir prazer em realizar coisas com os outros e tem também, uma base instrumental porque quando fazemos algo em conjunto, nossas ações se potencializam. Devemos pensar a participação social como um direito humano e não só como voluntariado.

→ **Participação como um compromisso pessoal e coletivo com a transformação**

social: Participação é algo que aprendemos, algo que é inato, próprio do ser humano. Aprendemos com a nossa experiência e a partir de relações. Faz parte da educação e da trajetória que a gente consegue construir. É algo que não fazemos sozinhos porque a vida nos convoca a sermos ativos. Daí as necessidades das experiências educativas para ajudar os jovens a irem aprendendo e se inserindo nesse meio. As participações são diferentes porque as pessoas são diferentes. Devemos encarar a participação como um processo de desenvolvimento de uma consciência crítica, algo que a gente não faz sozinho porque de fato passamos por experiências que nos convocam a participações ativas e interativas.

→ **Participação democrática como exercício de cidadania:** Para termos participações eficazes, existem algumas ações que as potencializam:

- *Conhecimento de realidade: não vamos nos sentir mobilizados a não estamos próximos, tocando a realidade que nos cerca
- *Organização: uma organização para que seja possível atuar coletivamente
- *Comunicação: uma atuação social mais abrangente demanda uma comunicação, ou seja, a sua ideia vai ser comunicada a outras pessoas
- *Educação para participação: algo que aprendemos juntos

Voltando a essas quatro características fundamentais, Renato pergunta como pensar isso na contemporaneidade, porque a vida está muito diferente atualmente. A maneira como vivemos hoje é completamente distinta da que se vivia há 10 anos e isso tem grande impacto na participação social. Primeiro porque vivemos numa inserção tecnológica que influencia fortemente no nosso comportamento. Uma década atrás, tínhamos sim uma relação com a tecnologia, mas não era tão presente como hoje. A gente vive com um aparelho poderoso na mão que faz tudo com a gente, inclusive dorme ao nosso lado, ele disse brincando. A imersão tecnológica gera uma imersão narrativa porque passamos a gerar novas práticas que estão relacionadas à imersão tecnológica. Por exemplo, vivemos no mundo da imagem: precisamos

mostrar tudo. Se não postarmos uma foto, significa, talvez, que não tenhamos vivido aquele momento, automaticamente anulamos a vivência. Isso tem uma consequência muito grande no sentido de pensarmos a participação social. É como se tivéssemos inaugurado uma nova ideia de coletividade que não passa tanto pela presença física e sim pela virtual. Não temos como sair desse tecnológico, porque já faz parte das nossas vidas. Então, atualmente, vivemos em um mundo que não só exige a vivência de determinada experiência, mas a comunicação dela.

A outra palestrante, a professora Eva Aparecida Resende de Moraes, professora do departamento de teologia da PUC-Rio, trabalha na educação da rede pública. Participou e tem participado de diversos movimentos sociais, pastorais, partidários e tem participação efetiva no processo de cidadania.

Ela iniciou com o tema: “Participar em vista de mudança”. A fala da prof. Eva é prática e se relaciona com a de Renato, porque também ressalta a interferência midiática e alguns portais do governo, que funcionam para que a participação da sociedade civil se efetive mais. Deixou clara a sua posição neutra em relação aos partidos. Comenta sobre organismos que estavam previstos desde a Constituição de 88 e que, aos poucos, têm sido implantados como mecanismos para a manifestação da sociedade.

Mostrou uma charge interessante na qual alguém perguntava: “Quem quer mudança?” E todos respondiam que sim. E, depois, perguntava: “Quem quer mudar”? E ninguém se pronunciava.

Ela falou da questão das manifestações de rua desde 2012 e fez uma pergunta: Quem representa essas manifestações? Que vozes são essas que se levantam? Então ela mencionou uma forma de participação, como por exemplo, o MST e ressaltou que há diversas outras mobilizações sociais. Mas, preferiu abrir e mostrar portais do governo, que podemos acessar, participando como cidadãos ou como grupo social organizado.

Ela apresentou, primeiramente, o **Portal Brasil**. Ele tem o propósito de formar, estimular a participação, prestando serviços ao cidadão. Mostrou como as consultas públicas, ouvidorias foram feitas, desde a Constituição de 88. Entre 2003 e 2012, mais de 7 milhões de brasileiros, participaram de 87 conferências nacionais, representando vários organismos estruturados.

Outro programa é o **Programa Nacional de Direitos Humanos**. Já estamos no terceiro, fruto de conferências. O Brasil tem se apropriado dessa questão e trabalhado isso em políticas públicas efetivas para a nossa sociedade.

Outro portal é relacionado à **Política Nacional de Participação Social**. Decreto feito ano passado que propõe como a sociedade pode intervir através dos seus organismos. Foi um apelo da presidenta construir esse canal de diálogo do governo com grupos sociais estruturados. A meta é acompanhar a formulação, execução, monitoramento e avaliação dos programas públicos que o governo tem feito. Ela vem tentando consolidar os avanços dos últimos 10 anos. A participação de prefeitos e governadores é exigida na execução dessa política nacional pública. A professora apresentou os objetivos e as diretrizes relativas ao

conjunto de mecanismos criados para compartilhar, não somente da parte do governo, fazendo os programas, mas também da sociedade, que é responsável por dar o feedback em relação aos programas (como elas reagem).

A professora prosseguiu mostrando o **Portal “Participa.br”**, outro portal do governo, de fácil acesso para nós. Trata-se de uma plataforma de diálogo com o governo federal articulado com o gabinete digital. Então o, cidadão, tem, através desse acesso à internet, uma conversa com as diversas políticas públicas. Ele lança consultas, conferências, enquetes e transmissões de eventos online. É uma rede de comunicação que permite ao cidadão acompanhar essa tramitação.

Esse portal tem vários canais:

Canal de conteúdo: fala dos diversos órgãos: da educação, dos índios, entre outros

Portal Planalto: mostra como o planalto está conduzindo a reforma política.

Redes Sociais: através delas conseguimos acessar portais do Governo – por exemplo, Facebook.

Programas de rádio: Voz do Brasil, Café com a presidenta, Bom dia ministra e Brasil em pauta.

Programas de TV: Canal NBR coloca as questões do poder executivo, a agenda da presidenta, apresenta reportagens e entrevistas sobre o andamento das políticas públicas.

Portal do servidor e formações: formações de carreiras, concursos públicos, notícias em geral que interessam àqueles que querem participar diretamente com o governo.

Canal de atendimento: você pode mandar denúncias, críticas, sobre serviços municipais, estaduais e federais.

SIC - Serviço de Informação ao Cidadão: disponibiliza informações públicas do Executivo.

Fale com a Presidenta: canal direto com a presidenta.

Fale com o governo: você pode solicitar informações sobre programas, cidadania, leis e etc.

O outro acesso à informação, o **L.A.I:** disponibiliza mais de 100 mil informações que eram secretas e que agora podem ser acessadas.

Transparência: divulga detalhes sobre a execução orçamentária do governo, ou seja, onde o dinheiro está sendo aplicado.

Dados abertos: dados públicos que estão abertos a todos.

Georreferenciamento: disponibiliza os dados e informações geoespaciais, questões ambientais da Amazônia.

Canal participe: através desse link, se participa como empresa, cidadão e como órgão em decisões do governo.

Participatório da juventude: link onde você, jovem, tem acesso, através das redes sociais, a esse espaço promovido para discussões (exclusivo para a juventude).

Serviços: são canais de comunicação dos diversos serviços prestados pelo governo.

Legislação: tudo sobre as leis que o Brasil possui.

Conferências Nacionais: a palestrante mostrou as que vão acontecer e que estão acontecendo regionalmente e a nível nacional.

No segundo momento, a professora Eva ressaltou a fala de uma colega da Universidade de Campinas, apresentando uma análise sobre uma tensão na questão da participação social, atualmente. Ela comenta que temos pouquíssimas épocas de democratização do país. Questiona o que entendemos por votos, partidos etc. Vivemos uma democracia ainda pequena, em fase de desenvolvimento.

A palestrante fez uma análise indagando sobre o momento histórico da abertura política. Afirmou que seu primeiro marco foi o reestabelecimento da democracia, que resultou na Constituição de 88. E o segundo foi a tentativa de aliança entre governo e sociedade através dos movimentos populares. Diz também que na década de 90 houve um ajuste neoliberal, não somente no Brasil, como na América Latina, e também uma mudança na cultura política do nosso país e não só na conjuntura econômica. Diz que vivemos esse conflito entre dois projetos que aí estão. Uma tensão política que absorveu os movimentos populares e que não é fácil de ser resolvida.

Precisamos da emergência de uma unidade democrática. A professora Eva aposta que a sociedade brasileira tem maturidade para participar. Houve um crescimento grande das ONGs, e essas ONGs são parceiras da sociedade, mas em outros casos são instrumentos dos governos locais (já tivemos CPIs das ONGs em 80 e muitas acabaram). Ressalta que o modelo econômico também influencia na participação política.

A participação está cada vez mais individualista e não coletiva.

É destacada também a transferência de responsabilidade do governo local, municipal e do governo federal para essas ONGs, que são contratadas como prestadores de serviços. Muitas são até financiadas por agências internacionais que vieram para o Brasil.

Então, quem representa nossa sociedade? Existe uma mídia de massas, é ela quem tem trabalhado essa representatividade, enquanto, na verdade quem representa é quem participa. E daí resulta o resgate do conceito de participação, que vem sendo ressignificado. Hoje emerge o sentido solidário, ou seja, o trabalho voluntário e a responsabilidade social e ambiental de empresas. Com isso podemos constatar que a participação se tornou mais individualista e, com isso, não tem representado efetivamente a sociedade. A própria noção de solidariedade, que é um valor ético importante, foi prejudicada em seu significado, e despolitizada. Localiza-se, hoje, no terreno da moral e não da ética. A palavra participação é concebida como gestão, administração.

E, finalmente, o conceito de cidadania. Em outra década, ao tratar destes temas, se pensava em saúde, moradia, água, saneamento básico para todos e diversos outros direitos humanos. Hoje, emergem outras questões como, as questões de gênero, de etnia, de cultura.

Houve uma transferência do conceito de cidadania que é um conceito público, ligado ao exercício da cidadania, para uma concepção individual, como se pudesse ser concebida uma cidadania subjetiva, restrita à pessoa. O consumo virou uma marca do “ser” cidadão. Você precisa estudar, se qualificar para entrar nessa sociedade mercantil e ser considerado um ser social.

De fato, quem mais sofre com essa inversão de conceito são os pobres. Porque tudo isso é uma questão política sim e agora, eles não são mais vistos como agentes políticos.

Temos que mudar a estrutura que provoca esse enorme contingente de pobres. Não adianta ajudar um, se tem outros 500 mil necessitados.

Temos que pensar na participação como direito e como dever. É preciso buscar novas formas de engajamentos e alimentar movimentos sociais em um novo formato.

Na minha opinião, a fala dos palestrantes em relação à participação me fez perceber que realmente, é muito importante, que nós, cidadãos, nos mantenhamos ativos e presentes socialmente. Não somente como uma atitude voluntária, mas como direito humano e como conceito público. A coletividade e a unificação são conceitos chaves para uma participação social efetiva, sem inversões de conceito e com objetivos claros. E é muito interessante também, a quantidade de meios disponíveis para atuarmos mais perto e mais profundamente sobre temas essenciais para a evolução da democracia e da sociedade como um todo.

Para refletir:

1. Qual a sua opinião sobre a representatividade de cada indivíduo, pensando em uma sociedade movida pelo coletivo e carente de participação social?
2. Como você, leitor, classifica a sua participação social e como acha que pode melhorar a sua atuação social, afim de torná-la mais ativa e presente?